

Ao substituir na pasta da Educação um político profissional, como o ex-senador Carlos Chiarelli, por um educador de larga experiência na administração universitária e com grande prestígio nos meios acadêmicos, como o físico José Goldemberg, o presidente Fernando Collor acabou fazendo agora o que dele esperávamos assim que tomou posse, em 15 de março do ano passado: dar a devida atenção a uma área fundamental para nossa emancipação econômica e para nosso desenvolvimento social, que é a da formação cultural e intelectual das novas gerações, colocando à frente do MEC um dirigente realmente capaz de liderar um projeto de reconstrução da rede pública de ensino básico, de revitalização do ensino profissionalizante e de reerguimento da universidade brasileira.

Embora no decorrer de sua campanha eleitoral Collor tenha, por diversas vezes, prometido dar prioridade aos problemas do nosso sistema de ensino, uma vez eleito não hesitou em utilizar politicamente o Ministério da Educação como um instrumento de negociação política com a finalidade de conquistar apoio parlamentar no Congresso. A exemplo de seu antecessor, que pôs à frente do MEC três senadores e um deputado em seus cinco anos de gestão, Collor também indicou para a chefia do MEC um senador oriundo do PFL — a agremiação partidária que, de março de 1985 até o dia de ontem, com um pequeno intervalo, controlou essa pasta como se fosse um feudo próprio, administrando-a única e exclusivamente em função das ambições eleitorais de seus principais dirigentes.

Esse é o motivo pelo qual a "obra" do ex-ministro Carlos Chiarelli à frente do MEC em nada difere do "legado administrativo" de seus quatro últimos antecessores (o deputado Carlos Santanna, o senador Hugo Napoleão, o ex-senador Jorge Bornhausen e o senador Marcos Maciel). Além de ter promovido o tradicional clientelismo com os parlamentares

que só se dispõem a apoiar o governo no Congresso em troca de favores e benesses, nos 17 meses em que esteve à frente do MEC Chiarelli promoveu um acordo com os reitores das universidades federais destinado a justificar o descumprimento das determinações do presidente de racionalizar despesas e conter gastos supérfluos, lançou um espalhafatoso e inócuo Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, nomeou mais um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar um novo "plano de reformulação da Universidade brasileira" e fez vistas grossas a uma greve de docentes que está completando dois meses.

Agora que o presidente Fernando Collor se redime do equívoco que cometeu na época da montagem de seu ministério, essa pasta finalmente poderá sofrer, sob a gestão do professor Goldemberg, um amplo processo de reforma e de profissionalização. Esse é o primeiro desafio do novo ministro: depurar uma máquina burocrática, reconhecidamente lenta e ineficaz, dos vícios que acumulou após ter sido gerida por políticos profissionais durante sete anos consecutivos. Vencida a primeira etapa, caberá ao ex-reitor da USP concentrar sua atenção na educação básica, obrigando os Estados e municípios a cumprirem a disposição constitucional que lhes impõe o custeio do ensino público de 1º e 2º graus, e na educação profissionalizante, conjugando-a com o desenvolvimento científico e tecnológico que resultará do recente abrandamento da lei de informática.

Seja pelo seu passado, como reitor da maior universidade latino-americana, seja pela carta branca que lhe foi dada pelo presidente da República, na consciência de que precisa recuperar o tempo perdido por seu governo em matéria educacional, o novo ministro José Goldemberg tem todas as credenciais intelectuais e as condições institucionais para deflagrar o início de uma revolução no campo do ensino, em todos seus níveis.